

Documentação
 OESP
 Data 24/5/2000 Pg C-5
 Class. 022

ABASTECIMENTO

Sabesp anuncia hoje esquema de racionamento

Ocupação em mananciais cresce 6% ao ano

Dado é de ambientalista, para quem falta fiscalização e vontade política

JOSÉ GONÇALVES NETO

A falta de interesse político e a ausência de trabalho conjunto de prevenção e fiscalização dos governos municipal e estadual têm contribuído para o aumento acelerado nas ocupações às margens das Represas Billings e de Guarapiranga. De acordo com o ambientalista Carlos Bocuhy, do Conselho Estadual do Meio Ambiente, o ritmo de ocupação nessas áreas já chega a 6% ao ano, comprometendo seriamente a quantidade e a qualidade da água disponível para o abastecimento da cidade.

A escassez de moradia para a população de baixa renda e a falta de fiscalização estimulam a propagação de lotes clandestinos e a ocupação desordenada à beira das represas, alimentando a atividade de corretores de lotes ilegais e a proliferação de casas de materiais de construção onde, de acordo com a legislação, nada deveria ser construído. A Secretaria Municipal de Habitação calcula em 600 mil o número de habitantes das cerca de 130 favelas perto da Guarapiranga.

"A falsa generosidade, que permite a instalação de casas em áreas de manancial, e a falta de política habitacional estão provocando a morte de nossos mananciais", afirma Bocuhy.

TERRENOS E CASAS NÃO EXISTEM OFICIALMENTE

ranga, cerca de 600 pessoas se amontoam em 150 casas. A ocupação é recente. Para tentar legalizar a situação, contaram com o apoio do deputado estadual Henrique Pacheco (PT). Sua assessoria jurídica orientou os moradores a formarem uma associação para que pudessem



Agliberto Lima/AE

Esgoto corre em direção à Guarapiranga no Jardim Aracati

Segundo o ambientalista, por causa das ocupações irregulares e lançamento de resíduos sólidos nas águas, a Billings já perdeu 20% de sua capacidade de armazenamento, ou seja, cerca de 200 milhões de metros cúbicos. Na Guarapiranga, o processo estaria ocorrendo na mesma proporção.

Deputado - No Jardim Aracati, num terreno de 15 mil metros, que quase mergulha na Guarapiranga, cerca de 600 pessoas se amontoam em 150 casas. A ocupação é recente. Para tentar legalizar a situação, contaram com o apoio do deputado estadual Henrique Pacheco (PT). Sua assessoria jurídica orientou os moradores a formarem uma associação para que pudessem

driblar a proibição de loteamento. Compraram o terreno do dono, que havia ganhado reintegração de posse, por R\$ 120 mil.

A ação é considerada um estímulo à ilegalidade pelo Ministério Público Estadual (MPE). Segundo o promotor José Carlos Meloni Sicoli, da Coordenadoria do Meio Ambiente, a ação do deputado configura amparo a atitude criminosa. A lei de proteção dos mananciais, de 1975, proíbe o loteamento em áreas a menos de 50 metros das represas e estabelece o limite de 500 metros quadrados para ocupação, por família, de cada terreno.

O deputado defende-se dizendo desconhecer a situação. "Fiquei comovido com a situação dessas pessoas, mas, para falar a verdade, nunca fui na área nem sabia que ficava perto da represa." Para Pacheco, a falha é do poder público, que não fornece opção de moradia.

Nordestinos estranham a falta de água em São Paulo

Eles já enfrentaram seca no Nordeste e agora sofrem com o mesmo problema

Nordestinos que migraram para São Paulo fugindo da seca jamais poderiam imaginar que enfrentariam falta d'água na maior cidade da América Latina.

No Parque Fernanda, região do Capão Redondo, zona sul, Severina Barbosa da Silva, de 33 anos, convive com o racionamento mesmo antes de a medida entrar em vigor oficialmente, o que está programado a partir de 1.º de junho.

Há 12 anos morando no bairro, com o marido e três filhos e grávida de 7 meses, Severina recorda os tempos em que, na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, carregava latas d'água na cabeça. No local, a única fonte de abastecimento era um açude.

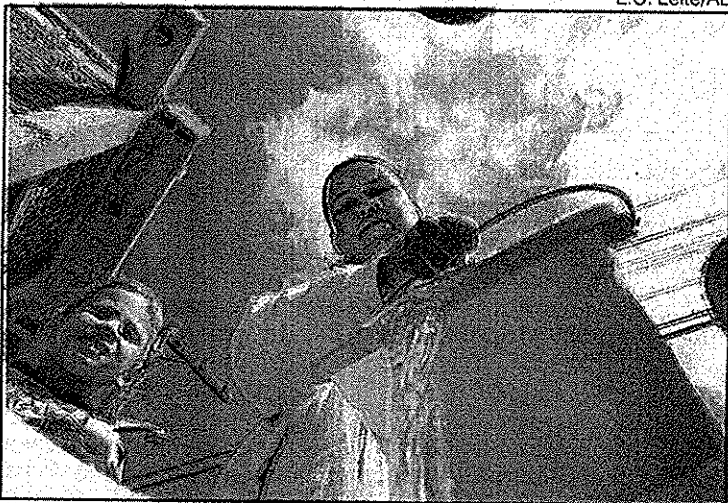
Essa rotina difícil em busca de água se repete agora.

A fornecimento da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) normalmente ocorre de madrugada e dura até as 12 horas. Nos períodos da tarde e da noite, as torneiras secam.

A salvação é uma bica localizada em frente do número 83B da Rua Salvador Rocco. Nas horas em que falta a água da Sabesp, Severina, com o balde na mão, recorre à bica. E às vezes tem de enfrentar fila. A espera pode ser de mais de uma hora. Moradores de todo o bairro e de localidades vizinhas utilizam a mesma fonte como solução para a falta d'água.

Sabesp - O superintendente da Unidade de Negócios Sul da Sabesp, Pedro Luís Ibraim Hallack, reconheceu que falta água no Parque Fernanda em períodos do dia, mas informou que o bairro "teve uma melhoria significativa" depois que foram realizadas obras de ampliação da rede. (C.A.)

L.C. Leite/AE



Severina: latas na cabeça no Nordeste e baldes na capital

Programa começa em 1.º de junho, no esquema dois dias com água, um dia sem

CARLOS ARAÚJO

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) divulga hoje a listagem oficial do racionamento de água que começará a funcionar em 1.º de junho na zona sul da cidade de São Paulo. O mapa do racionamento mostrará os bairros e os respectivos dias em que o abastecimento será feito no sistema 2 por 1 - dois dias com água e um sem.

A divulgação da relação dos bairros incluídos no sistema de rodízio era aguardada desde o dia 19. Dar essa informação com antecedência aos 3 milhões de consumidores afetados pelo racionamento é importante para que eles se preparem para a convivência com o rodízio no fornecimento de água.

Conhecer os dias em que determinado bairro terá água é necessário para que as famílias possam fazer o controle do quanto consomem em relação à capacidade que têm de armazenar água.

O secretário de Estado dos Recursos Hídricos, Antônio Carlos Mendes Thame, havia admitido ontem pela manhã a necessidade de o mapa do racionamento sair o mais rápido possível.

Segundo o secretário, o atraso na divulgação da listagem foi motivado pela complexidade técnica na definição do abastecimento com o rodízio. Explicou que a medida envolve uma questão de logística, que passa por processos hidráulicos e de engenharia. "A complexidade técnica já é um quebra-cabeça", comparou.